

ÉTICA E FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Autor: Renan Augusto Gonçalves Teixeira – UNISAL – renan_agteixeira@hotmail.com

Co-autor: Francisco Evangelista – UNISAL - francisco.evangelista@am.unisal.br

Eixo temático: FORMAÇÃO DE PROFESSORES - Desafios na Formação Docente

RESUMO

Sem sombra de dúvidas a Ética permite ao ser humano uma espécie de autoconhecimento, já que oferece a possibilidade de explicar o fenômeno moral humano e, deste modo, proporcionar-lhe maior liberdade. Desde as primícias do pensamento filosófico, presentes no período clássico grego, a Ética se apresenta como um tipo de conhecimento normativo, ou seja, aquele que tem a intenção de orientar as ações dos seres humanos. Aristóteles foi o maior expoente da elaboração ética clássica, representando um marco na história da filosofia, sobretudo nesse ramo da atitude filosófica. Neste capítulo, pretendemos expor a proposta ética do estagirita, destacando tópicos essenciais para sua compreensão, a saber: a *eudaimonia*; as virtudes moral e intelectual, a passagem do *Êthos* ao *Ethos*, apresentando a virtude individual como caminho para uma ética comunitária e, por fim, o justo meio e sua relações com a deliberação na realização das ações humanas. O presente texto pretende refletir sobre a importância do pensar e do agir ético na formação dos educadores preocupados com o atual desencanto na educação, acreditando ser possível pela educação um trabalho efetivo em direção das mudanças necessárias à organização social, política e econômica do país. A ética clássica é o referencial para a formação dos professores que trabalham no Ensino Médio, buscando priorizar uma cultura do pensamento em sala de aula e não a preocupação exclusiva na formação de super-educandos, dotados de todas as habilidades e competências para o mercado de trabalho; buscando consolidar uma formação não doutrinária, viabilizada por uma ética da investigação na sala de aula.

Palavras-chave: Ética; Educador; Ensino; Educação sociocomunitária; Pedagogia social.

ABSTRACT

This text aims to reflect on the importance of ethical acting and thinking in the training of educators concerned about the current *disillusionment* in education, believing that, through education, an effective work towards the necessary changes to social, political and economic organization of the country is possible. The classical ethics is the benchmark for the training of teachers working at High School, prioritizing a culture of thinking in the classroom and not the exclusive concern in graduating super-learners, having all the skills and expertise to the work market; seeking to consolidate a non-doctrinal formation, made possible by a research ethics in the classroom. We think that an urgent change in the training of teachers working at High School is necessary, seeking to prioritize a culture of thinking in the classroom opposed to the exclusive concern in skills and competencies for the work market; a non-doctrinal formation, made possible by the ethics of research and the ethics of action. An educator will, in our view, be more successful with their students if they do not have preconceptions about what they think about the contents studied in classroom, that is, when they listen and take into account what the students have to say and make that the content of the lessons. Believing that each classroom can become a research community of the contents provided in the school curriculum, mediated by classical philosophy texts and by a culture of thinking over the contents proposed for students at High School means to be committed with a teaching practice that seeks the emancipation of the human being.

Keywords: Ethics; educator; education; Socio-communitarian education; Social pedagogy.

INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, Aristóteles¹ foi o criador da ética enquanto ciência. Entre suas importantes obras, que abordam essa temática, destaca-se a *Ética à Nicômacos*² (*Ethikon Nikomacheion*). Com ela, o estagirita tem a intenção de determinar qual é o bem supremo para todas as criaturas humanas e, por conseguinte, qual sua finalidade nas ações da vida humana. A grande novidade do pensamento aristotélico é, sem dúvidas, o apogeu da razão humana. Em sua célebre obra, Aristóteles procura destacar que cada ser humano, é responsável em saber discernir que atitudes tomar frente as mais variadas situações da vida e só o fará por meio da razão. Agindo racionalmente, alcançará o bem supremo, fim último para o qual todos os homens devem se conduzir: a felicidade (*eudaimonia*).

Após apresentar o conceito de eudaimonia, inaugurado por Aristóteles, o presente artigo evidenciará que, a felicidade verdadeira encontrada pelo ser humano que age eticamente se dá, uma vez que, tais atitudes o fazem alcançar as virtudes intelectuais e morais, conduzindo-o a uma espécie de realização pessoal. Não obstante, o agir moral não tem sentido se servir apenas como objeto de satisfação pessoal ou vanglória. Ora, foi o próprio Aristóteles que ao definir o ser humano, o chamou *Zôon Politikôn* (animal político/social), isto é, como ser que tem em sua existência, inerentemente, a capacidade de estabelecer relações pessoais com seus semelhantes. Dessa maneira, este artigo procurará mostrar a passagem do *Êthos* ao *Ethos*, ou seja, da vivência de uma virtude individual como caminho para uma ética comunitária, evidenciando o conceito de justo meio como atitude necessária para o viver ético comunitário.

¹ Um dos maiores nomes da filosofia de todos os tempos, nasceu em Estagira – Macedônia, no ano de 384 a.C., tendo sido aluno de Platão em Atenas. Após a morte de seu mestre, viaja para Assos onde se une a esposa, Pítias e torna-se professor de Alexandre, o Grande. Muitos historiadores dizem que Aristóteles escreveu duas obras para seu importante aluno: Os colonos e Sobre a monarquia, porém ambas se perderam, assim como a grande maioria de sua produção. Em 355 a.C. volta para Atenas e, num bosque consagrado a Apolo, funda uma escola. Ali foi professor de Nicômacos e Êudemos. Depois da morte de Alexandre, o Estagirita se vê obrigado a buscar refúgio em Cálcis. Faleceu em 322.a.C.

“Aristóteles, considerado durante muitos séculos como insuperável, a tal ponto que Kant considerava a lógica simplesmente ‘fechada e acabada’ desde o aparecimento do *Organon* (instrumento), e a Idade Média tardia o erigiu em autoridade suprema em todos os campos do conhecimento humano (‘Aristóteles disse’ equivalia à ‘filosofia ensina’), foi de repente julgado radicalmente ultrapassado pela revolução científica que, com Copérnico, Kepler, Galileu, provocou a passagem do ‘mundo fechado ao universo infinito’.” (cf. STIRN, François. **Compreender Aristóteles**. Trad. Ephraim F. Alves. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 09).

² Mais completa e representativa obra Aristotélica de cunho ético. Muitos estudiosos apontam a possibilidade desta obra tratar de uma reunião de anotações das aulas que Aristóteles ministrava, uma vez que apresenta uma escrita bastante solta e, algumas vezes, desarticulada. O filósofo grego dedicou esta obra a seu filho e aluno, Nicômacos, servindo, posteriormente de alicerce para o desenvolvimento ético durante séculos.

Por fim, discutiremos a formação do educador, sobretudo, no que diz respeito a educação ética. A sociedade contemporânea experimenta um certo despreço pela cultura do pensamento e da reflexão e a formação dos educandos se dá, quase que exclusivamente, para o bom êxito em exames e no mercado de trabalho. Procuraremos evidenciar nesse artigo a necessidade do resgate da educação ética na formação dos educadores, tendo como referência a ética clássica, privilegiada na valorização da reflexão como instrumento primordial de uma vivência comunitária que tenha como objetivo o bem comum. Formando os educadores com esse referencial, será possível que estes formem os educandos não somente para as competências e habilidades que o mercado de trabalho exigem mas, sobretudo, para o exercício pleno da cidadania, pautados na ética e com o objetivo de formar cidadãos preocupados com a transformação da realidade social da comunidade em que estão inseridos.

A Eudaimonia

Ao inaugurar o conceito de *eudaimonia*, Aristóteles o apresenta como objetivo visado e almejado por todo ser humano. Esse termo, segundo alguns estudiosos, quer significar, também, bem-estar e, deste modo, está relacionado com a feliz sensação de alguém que se satisfaz com um ato realizado. Percebe-se, então, que em Aristóteles, a felicidade verdadeira está relacionada com o sucesso que se obtém na realização de um ato moral, que se dá mediante a excelência humana, ao uso correto da racionalidade, ou seja, a virtude.

A descoberta, por assim dizer, desta felicidade será a responsável por reger toda a vida humana, que adequará suas escolhas e atitudes com base na entusiasmante possibilidade de uma vida feliz. Da mesma maneira que tudo o que fazemos (arte, indagação, ação, propósito) visam algum bem, já que o bem, como diz o próprio Aristóteles (1992), é aquilo a que todas as coisas visam, também a *eudaimonia* é um bem que pode ser alcançado.

Se há, então, para as ações que praticamos, alguma finalidade que desejamos por si mesma, sendo tudo mais desejado por causa dela, e se não escolhemos tudo mais desejado por causa dela, e se não escolhemos tudo por causa de algo mais (se fosse assim, o processo prosseguiria até o infinito, de tal forma que nosso desejo seria vazio e vão), evidentemente tal finalidade deve ser o bem e o melhor dos bens. Não terá então uma grande influencia sobre a vida o conhecimento deste bem? (ARISTÓTELES, 1992: 18)

Aristóteles, para melhor ilustrar o problema, cita algumas ciências e seus devidos fins. Destaca a medicina, que visa a saúde; a economia, que visa a riqueza; a estratégia, a vitória; a construção naval, a nau e assim por diante. De igual maneira os seres humanos devem, como dito pelo filósofo, agirem como arqueiros que visam a um alvo e tentam, com suas forças e estratégias de escolha, atingir e que é mais conveniente. Assim como a finalidade das várias ciências, como fora supracitado, o bem também é objeto de uma ciência, dita por Aristóteles, como a mais imperativa e predominante de todas as ciências: a ciência política.

Indubitavelmente, para o estagirita, a ética é parte fundamental da ciência política, servindo-lhe como introdução. Para o filósofo, o homem é um animal social, capaz de estabelecer relações com os outros seres humanos com que convive, deste modo, a felicidade, visada por ele, deve ser estendida para todos aqueles com os quais tem algum tipo de relação: família, amigos, concidadãos, e proporcionar a possibilidade de um bom governo. Não cabe aqui, fazermos um longo comentário sobre a ciência política, já que Aristóteles trata dela em outras obras de sua autoria, mas é de fundamental importância destacá-la, já que para o filósofo, a ética servirá de base para a ciência política.

Para Aristóteles, bem como para seus contemporâneos, viver bem significa ser feliz. Porém, no livro I da *Ética à Nicômacos*, destaca que há muitas divergências a respeito do real significado da felicidade e a maioria delas é diferente do que pensam os sábios. Para grande parte dos homens, diz o estagirita, a felicidade é algo óbvio e simples, como no caso do prazer, da riqueza e das honrarias. Aristóteles discorre sobre as várias maneiras de viver a vida. Em todas elas parece que há a busca de algo passageiro e a felicidade não parece ser verdadeira e completa. Há uma constante busca de prazer, riqueza, honrarias, mas nenhuma é capaz de representar a vida feliz de que fala o filósofo.

Pode-se perceber a diferenciação das coisas boas em si e das coisas úteis. Ora, dinheiro, honrarias, prazer podem ser úteis ao homem, mas o bem supremo, a felicidade, apenas ela é boa em si e resultado das ações boas que o homem realiza livre de interesses paralelos.

Mas se as coisas mencionadas são também coisas boas em si, a noção do bem pareceria como algo idêntico em todas elas, da mesma forma que a noção de brancura é idêntica na neve e numa tinta branca. Mas em relação a honrarias, inteligência e prazer em sua qualidade de coisas boas, as noções são distintas e diferentes. O bem, portanto, não é uma generalidade correspondente a uma Forma única. (ARISTÓTELES, 1992, p. 23)

Como destacado, para Aristóteles, há diversas possibilidades de bem, ele não se restringe a uma forma única, há, porém, uma distinção entre eles: a autossuficiência da felicidade.

[...] “auto-suficiente” pode ser definido como aquilo que, em si, torna a vida desejável por não ser carente de coisa alguma, e isto em nossa opinião é a felicidade. [...] Logo, a felicidade é algo final de auto-suficiente, e é o fim a que visam as ações. (ARISTÓTELES, 1992, p. 24)

Por ser o melhor, mais belo e mais agradável de todos os bens que possam existir, a felicidade deve ser buscada incansavelmente pelo homem. Ora, essa é sua maior função, mas, para tanto, o homem deve exercitar-se nessa busca durante toda a vida. Assim como o artista procura, de maneira exaustiva, a excelência, refletida em suas obras de arte ou em sua música, de igual maneira todos os homens devem buscar uma excelência moral. O bem, deste modo, nada mais é ao homem que “o exercício ativo das faculdades da alma de conformidade com a excelência, e se há mais de uma excelência, de conformidade com a melhor e mais completa entre elas.” (ARISTÓTELES, 1992, pp. 24-25).

Aristóteles destaca ainda a necessidade da constância do exercício moral, já que por apenas um dia, ou por um lapso momentâneo, o homem não será bem-aventurado e feliz: “uma andorinha não faz verão”, ilustra o filósofo. Se, constantemente, estiver engajado na prática ou na contemplação do que está em conformidade com a excelência, o homem será eternamente feliz.

As virtudes morais e intelectuais

Segundo Aristóteles, a natureza do ser humano verdadeiramente bom é composta por duas partes que se distinguem: alma e corpo. Na primeira está a razão e o desejo, sendo, deste modo, o intelecto – *nous* – a excelsa parcela da alma humana.

Percebemos, deste modo, que é o intelecto (presente na alma humana) que deve conduzir o corpo que, por natureza, é privado de razão. Assim sendo o homem bom será considerado um homem virtuoso.

É de fundamental importância no contexto ético aristotélico, destacar que, segundo o estagirita, há uma distinção evidente entre as virtudes morais (éticas) e as intelectuais (dianoéticas), feita no Livro II da *Ética a Nicômacos*:

[...] há duas espécies de excelência: a intelectual e a moral. Em grande parte a excelência intelectual deve tanto o seu nascimento quanto ao seu crescimento à

instrução (por isso requer experiência e tempo); quanto a excelência moral, ela é o produto do hábito. (ARISTÓTELES, 1992, p.35).

Como se pode perceber, Aristóteles explica muito claramente as características de cada uma das virtudes.

A virtude intelectual tem sua origem e se desenvolve devido aos frutos da aprendizagem, ou seja, da educação recebida. Como supracitado, não é por um lapso ou em apenas um dia que o homem se tornará bom e virtuoso, a aquisição da virtude intelectual demanda tempo e experiência. Nota-se, portanto, que a virtude intelectual é algo que se aprende, se adquire com o conhecimento, ou seja, se trata de uma virtude teórica. É a virtude intelectual que levará o homem ao conhecimento das verdades imutáveis e a contemplação do Divino.

Em contrapartida, a virtude moral (ética) está estreitamente relacionada com a prática. Segundo Aristóteles, só se adquire a virtude moral praticando. Ela não é gerada no ser humano por natureza, são hábitos – *ethos* – que possibilitar a aquisição desta virtude, tornando o homem capaz de praticar atos bons e justos.

Por exemplo, a pedra, que por natureza se move para baixo, não pode ser habituada a mover-se para cima, ainda que alguém tente habituá-la jogando-a dez mil vezes para cima; tampouco o fogo pode ser habituido a mover-se para baixo, nem qualquer outra coisa, que por natureza se comporta de certa maneira pode ser habituada a comportar-se de maneira diferente. Portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito. (ARISTÓTELES, 1992, p.35).

Portanto, para o estagirita o caráter humano é formado a partir das repetições dos atos bons, pois é muito mais provável que se faça bem, ou melhor que antes, os atos já realizados. É importante lembrar que Aristóteles alerta para o risco do aperfeiçoamento. Se ele pode ser para melhor, como um artista que melhora uma obra, pode também ser para pior e por fim a virtude humana.

Portanto, para o filósofo grego, o que torna o homem moralmente virtuoso são os incansáveis exercícios repetidos durante toda a vida, possibilitando a vida feliz pela prática de atos bons e justos. Assim como um arquiteto se torna bom construindo, um homem justo só o será se praticar atos justos.

Segundo Aristóteles, apenas os indivíduos que agem de acordo com a virtude serão virtuosos, atingindo deste modo a finalidade humana, isto é, a sabedoria. Para Aristóteles a

busca pela sabedoria é o maior ato realizado pelo homem, pois, convém a ele que cresça enquanto ser humano e se aperfeiçoe cada vez mais.

Do *Êthos* ao *Ethos*: a virtude individual como caminho para uma ética comunitária

No idioma grego, duas palavras (*êthos* e *ethos*), muito semelhantes, indicam significados que se diferem. A primeira quer significar, em um primeiro momento, a moradia de alguém, o local onde se vive com a família e, posteriormente a maneira de ser e os hábitos de determinada pessoa. A segunda, porém, representa a utilização de costumes e regras estabelecidos por determinada cultura ou sociedade.

Na ética, estabelece-se um paralelo com o significado de tais palavras: *êthos*, significando a reflexão ética subjetiva, isto é, alicerçada no comportamento individual e *ethos* como a objetiva, centrada no modo coletivo de vida, a vida comunitária. Essas duas vertentes do pensamento filosófico grego, sobretudo na reflexão ética, foram largamente explorados: de um lado temos a virtude (individual) e por outro a lei (coletiva). No pensamento Aristotélico esse paralelo é de fundamental importância, já que a ética servirá, segundo ele, de introdução à ciência política.

Como supracitado, a virtude moral é produto dos costumes, não existindo no homem naturalmente, uma vez que nada que é natural se adquire com o costume. Pois bem, trata-se de uma faculdade prática, isto é, que é direcionada a ação, deste modo é conveniente que os homens se exercitem nessa prática, a fim de adquiri-la. Ora, isso é muito semelhante com o que ocorre na sociedade política, onde os governantes tornam os cidadãos bons, ao esforçar-se para fazê-los adquirir bons hábitos. Este é o cerne de toda a vida política, em Aristóteles.

Como percebemos, portanto, há a passagem do individual para a vida social, dos hábitos pessoas às leis, isto é, do *êthos* ao *ethos*. É importante notar que, para Aristóteles, não há uma separação entre a vida ética do cidadão de toda a organização ética da sociedade, já que “a virtude nada mais é do que a lei interiorizada, e a lei, a virtude objetivada”. (COMPARATO, 2006, p. 231)

O estagirita reconheceu, sem sombra de dúvidas, que é preciso, para que haja uma sociedade ética, uma harmonização entre a virtude individual da justiça e a justa

constituição do estado. Nota-se esse argumento em *A Política*³, quando o filósofo diz que a sociedade política não é uma coleção de indivíduos uniformes e substituíveis – como no caso dos animais – mas uma reunião de pessoas capazes de se complementarem. A vida moralmente correta, regida por leis na sociedade política, proporciona ao homem a vida feliz, tão citada por Aristóteles. A felicidade se encontra no exercício da virtude moral que, deve ser, segundo o filósofo grego, vivida na sociedade política.

Assim como para marido e esposa, filhos e pais, e para a virtude que pertence a cada um e seu intercâmbio uns com os outros, o que é certo nessa ligação e o que não é, a perseguição do bem e o evitamento do mal – todos esses assuntos serão necessários na discussão das formas de constituição. Porque são todos assuntos pertinentes à administração da família e toda família é parte do Estado; e a virtude da parte precisa ser examinada em relação à virtude do todo. [...] as dessemelhanças entre os membros é essencial para a constituição de um Estado. Como eu já disse em minha *Ética*, é o equilíbrio perfeito entre diferentes partes que dá existência à cidade. (ARISTÓTELES, 1999, p. 36)

O justo meio e a deliberação nas ações humanas

A excelência moral que, como já fora anunciado, é conquistada pelo ser humano pela prática constante da justiça e dos atos bons corre o risco de ser destruída tanto pelo excesso quanto pela deficiência.

Cabe-nos, porém, destacar que o meio termo, ou justa medida, para Aristóteles não é uma divisão aritmética perfeita, como se imaginássemos uma linha de dez metros e o meio termo fosse encontrado exatamente na marca dos cinco metros.

O justo, então, é uma das espécies do gênero “proporcional” (a proporcionalidade não é uma propriedade apenas das quantidades numéricas, e sim da quantidade em geral). Com efeito, a proporção é uma igualdade de razões [...] (ARISTÓTELES, 1992, p. 96).

No livro V e VI da *Ética à Nicômacos*, Aristóteles aborda este tema e tenta explicar claramente o que significa esse importante conceito, capaz de sustentar a virtude, que, como vimos, é tão importante na atitude ética do ser humano.

O Estagirita começa levantando os problemas acerca das disposições da alma. Ele as diferencia das aptidões e das ciências, por exemplo. Estas podem tratar de temas

³ Obra do filósofo grego Aristóteles que apresenta suas ideias políticas unidas a as reflexão ética-moral. Seu principal esforço é mostrar que a ciência política encontra-se, em certo sentido, ligada à ética e o Estado deve levar o homem ao exercício da virtude e a vivência da felicidade (produtos da atividade política). Suas principais ideias estão apresentadas nos livros I e IV, tratando, respectivamente, das origens e necessidades do estado e dos elementos básicos para um governo virtuoso.

contrários simultaneamente, entretanto, aquelas não podem fazê-lo. Se certa disposição da alma leva o ser humano a um resultado, não pode levar ao resultado contrário ao mesmo tempo. Mais uma vez a racionalidade lógica de Aristóteles se evidencia, fazendo-nos notar claramente o princípio de não contradição: algo não pode ser e não ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto.

Para que se possa entender o que significa a justa medida, Aristóteles discorre sobre a justiça que, segundo ele, é a excelência moral perfeita. Ora se o termo injusto se aplica as pessoas que infringem a lei e são ambiciosas (no sentido de quererem mais do que aquilo a que têm direito), então o justo é aquele que age conforme à lei e é correto. O injusto é o ilegal e iníquo e na “justiça se resume toda a excelência”.⁴

A prática da justiça está ligada, no homem, a sua capacidade de estabelecer relações sociais. Deste modo, o homem justo não o é para si, mas para aqueles com os quais estabelece relações de convívio. Por isso a importância do governante justo, como diz o próprio Aristóteles:

Ela [justiça] é perfeita porque as pessoas que possuem o sentimento de justiça podem praticá-la não somente em relação a si mesmas como também em relação ao próximo. É por isto que são benditas as palavras de Bias: “O exercício do poder revela o homem”, pois os governantes exercem necessariamente o seu poder em relação aos outros homens e ao mesmo tempo são membros da comunidade. (ARISTÓTELES, 1992, p. 94).

Segundo o filósofo, tanto o homem quanto o ato injusto remetem a iniquidade, ou seja, há aí uma desigualdade, para ele, injusto (iníquo) é o mesmo que desigual. Ora, se há uma relação de desigualdade entre excesso e falta de justiça, logo deverá existir um “igual”. De acordo com Aristóteles, este é o meio termo e, deste modo, o que escolhe o meio termo e opta pela igualdade e o equilíbrio é justo.

Para o estagirita, o meio termo (ou justa medida) deve ser o que iguala determinados extremos. Como é igualitário, pressupõe duas participações iguais ocasionando a proporcionalidade. É possível agora notar a importância deste novo conceito aristotélico, para o desenvolvimento da ética. A análise ética, segundo Aristóteles, deve sempre ser feita de acordo com a escolha do meio termo e a racionalidade.

Ainda no capítulo V da *Ética*, Aristóteles cita alguns exemplos de atos bons e maus que, em alguns casos, tem sua culpabilidade reduzida. Por exemplo, quando alguém comete um ato mau por ignorância, isto é, sem saber que era errado, moralmente não agiu segundo a razão, ou seja, não cometeu a injustiça. Da mesma forma, se o fim atingido não

⁴ Têognis, *Elegias*, verso 147.

foi o pensado pelo agente, este também tem a culpabilidade reduzida. Assim entramos em um novo rumo de nossa discussão: a capacidade humana de deliberar de acordo, sempre, com o meio termo.

Agir de acordo com a justa medida é, segundo Aristóteles, agir de acordo com a reta razão. Como já fora destacado, nosso filósofo é o grande exaltador da razão humana. O bom emprego da racionalidade humana será capaz de orientar a escolha certa em cada situação.

A origem da ação (sua causa eficiente, e não final) é a escolha, e a origem da escolha está no desejo e no raciocínio dirigido a algum fim. É por isto que a escolha não pode existir sem razão e o pensamento ou sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não podem existir sem uma combinação de pensamento e caráter. (ARISTÓTELES, 1992, p. 114).

A atitude deliberativa é, em linhas gerais, saber discernir o que é melhor em cada uma das ações humanas. “As pessoas boas de um modo geral são capazes de visar calculadamente ao que há de melhor para as criaturas humanas nas coisas passíveis de ser atingidos mediante a ação”. (ARISTÓTELES, 1992, p. 119).

O homem que sabe discernir (deliberar) é aquele que sabe pesar, isto é, ponderar entre o que é melhor e pior na ação humana e, indubitavelmente, a melhor escolha é a do meio termo. De fato, se um homem é por demais temeroso será um covarde, e se é muito valente, poderá se prejudicar. A virtude, portanto, está no equilíbrio, na justa medida.

Nota-se, portanto, após percorrermos os aspectos mais importantes da reflexão ética de Aristóteles, que na *Ética à Nicomacos* é possível encontrar um tratado moral que perduraria durante séculos após a morte deste importante filósofo da história da filosofia.

Ética e Formação: formar como? Formar quem?

A preocupação em formar o educador é central para a educação ética, pois como pode ser possível um trabalho pedagógico tendo como ponto de referência um educando que normalmente é preparado para ser super-educando, munido de todas as competências e habilidades para o mercado, um educando que vive numa cultura que nega o pensamento e uma cultura do pensamento, onde a ética é normalmente confundida com doutrinação, seja a doutrinação política, seja a doutrinação religiosa, dificultando uma ética da investigação e uma ética da ação.

Como sabemos, nenhuma educação é neutra, toda proposta pedagógica é carregada de ideologia, tendo sempre como finalidade viabilizar um tipo de sociedade. Vivendo numa sociedade excludente como a brasileira, cabe perguntar qual deve ser o papel dos educadores no processo de formação que se dá dentro da escola. Para Paulo Freire (2000):

[...] é certo que homens e mulheres podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que chegam sua geração. E não fundadas ou fundados em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões” (FREIRE, 2000, p. 53).

Cabe perguntar que educação queremos para nossos jovens? Que sociedade queremos viabilizar? Queremos transformar a atual sociedade excludente que mantemos? Que educadores queremos formar? Qual a importância da educação escolar para a construção e manutenção de uma sociedade democrática? No caso específico do presente trabalho: como no Ensino Médio os educadores podem colaborar na formação da cidadania?

De nossa parte, entendemos como Paulo Freire que é direito e dever dos educadores transformarem a realidade, e que toda mudança nas relações humanas passa pelo Pensar, pelo Falar e pelo Agir dos sujeitos históricos envolvidos na educação que acontece dentro da escola, neste caso, professores e alunos.

Sendo assim, é necessário que os educadores assumam seu papel de intelectuais orgânicos, preocupados não só com o domínio e transmissão dos conteúdos escolares, como também na formação política de seus educandos, unindo assim conhecimento e ação, teoria e prática, sem o qual nenhum esforço pela mudança social pode ser bem sucedida. É necessário que os educadores tenham clareza de seu papel político na vida social, caso contrário, acabam por consolidar os interesses da atual onda neoliberal que a tudo e a todos quer enquadrar. É necessário que os educadores preparem seus alunos para a autonomia intelectual e moral, onde o pensamento e o conhecimento são aplicados na orientação da própria existência. É preciso estar atento quanto a atual tendência da educação, que prioriza a preparação para o mercado de trabalho e não mais a formação integral do ser humano. A preocupação capitalista em priorizar na educação os aspectos econômicos em detrimento dos aspectos humanos, tem gerado distorções no processo ensino-aprendizagem. Como nos alerta Gramsci (2001):

A tendência atual é de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada), e “formativa”, ou de conservar apenas em seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais os destino dos aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2001, p. 33).

CONCLUSÃO

O objetivo do presente texto foi refletir sobre a importância da ética na formação dos educadores preocupados com o atual desencanto na educação, acreditando ser possível pela educação um trabalho efetivo em direção das mudanças necessárias à organização social, política e econômica do Brasil. Acreditamos que se a educação sozinha não pode transformar a realidade, tão pouco sem ela a transformação se concretiza. Concordamos com Gentili (2001) quando afirma:

Aqueles que defendem a escola pública dizem, com bastante razão, que ela se encontra ameaçada pelas políticas de ajuste e privatização promovidas pelos governos neoliberais. Sustentam que tais políticas reforçam as tendências antidemocráticas que historicamente caracterizaram o desenvolvimento dos sistemas educacionais, criando novas formas de segmentação e dualização institucional, cuja consequência mais evidente é o questionamento do direito à educação de uma boa parte da população (GENTILI, 200, p.17).

O desafio atual na educação é fazer frente ao processo de globalização de todas as dimensões da vida humana, enfrentar a massificação embutida nos meios de comunicação social que buscam formar e manter a todo custo a chamada aldeia global e o cidadão do mundo, procurando nivelar todos a um determinado padrão cultural.

Nesse sentido, cabe a reflexão do presente texto, sobre a importância do pensar e do agir ético e sua importância na construção de uma sociedade democrática. Pensamos ser urgente uma mudança na formação dos professores que trabalham no Ensino Médio, buscando priorizar uma cultura do pensamento em sala de aula e não a preocupação exclusiva na formação de *super-educandos*, dotados de todas as habilidades e competências para o mercado de trabalho; uma formação não doutrinária, viabilizada por uma ética da investigação e uma ética da ação.

Um educador terá ao nosso ver mais sucesso com seus alunos se não tiver pré-conceitos sobre o que eles pensam sobre os conteúdos estudados em sala de aula. Quando escutar e levar em consideração o que a classe tem a dizer e fazer disso conteúdo das aulas. Acreditar que cada sala de aula pode se transformar numa comunidade de investigação dos conteúdos previstos no currículo escolar.

A realidade humana é complexa, tornando um desafio uma Educação para o Pensar dentro das salas de aula. O ser humano pensa, fala e age e é nestas ações que pode ocorrer à ética na vida social. Contudo, nem sempre existe coerência entre o pensar, o falar e o agir, o que torna um desafio à formação ética e a manutenção da democracia.

O existir humano é marcado por três dimensões que perpassam as relações entre os homens na sociedade: Eu-Eu, Eu-Outro, Eu-Mundo, e é neste contexto que se desenvolve o pensar e o agir ético. Essas três dimensões espelham o desenvolvimento do existir humano, que se dá numa inter-relação na qual o eu, o outro e o mundo devem ser plenamente assimilados e compreendidos para que as ações possam ser tomadas de forma consciente pelo sujeito que as pratica.

Uma outra dimensão que também está presente nas ações humanas, é a transcendente. Muitas vezes, essa dimensão se torna prioritária, na história, para a realização de uma ação. Entende-se por transcendente a relação do ser humano com o poder externo, anterior, criador, sagrado e absoluto, aquilo que transcende o existir humano e, ao mesmo tempo, lhe dá sentido.

Trazer essas dimensões (Eu - Eu, Eu - Outro, Eu - Mundo) para o campo da ética é apontar possíveis caminhos para o trabalho do educador. Pensar uma proposta de formação tendo como eixo o pensar e o agir ético pressupõe discutir os valores que permeiam as relações sociais, tais como: consciência, liberdade e responsabilidade, o justo e o injusto, o certo e o errado. É pensar nos fundamentos históricos que formam os valores humanos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética à Nicômacos*. Trad. Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: UNB, 1992.

_____. *A Política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

GENTILI, Pablo. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.